

Comércio de serviços Angola-Brasil: oportunidades de negócios de alto valor agregado

Trade in services Angola-Brazil: business opportunities of high added value

Juliano Vargas

Heitor Simão Afonso Ambrósio*

Resumo

Angola e Brasil têm em comum os desafios históricos e aspirações contemporâneas de transformar potencialidades em termos de recursos naturais e humanos em desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, objetivasse investigar como tais conexões pode dar espaço à ampliação da cooperação bilateral entre essas nações, em especial no tocante ao comércio de serviços. A discussão pretendida está dividida em três partes: i) conceituar o comércio de serviços; ii) examinar, teoricamente, como Angola e Brasil têm atuado bilateralmente no que se refere ao comércio internacional neste início de século XXI; iii) identificar os principais parceiros comerciais de Angola e Brasil e, via informações divulgadas por instituições oficiais, avaliar a evolução recente do comércio internacional (de serviços) entre esses países. Constata-se que há uma percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios de alto valor agregado para essas nações, mas escapam-lhes sua exata delimitação. Logo, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, de modo mais substancial, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

Palavras-chave: Angola; Brasil; Comércio de Serviços; Negócios; Alto Valor Agregado.

Abstract

Angola and Brazil have in common the historical challenges and contemporary aspirations to transform potentialities in terms of natural and human resources in socioeconomic development. In this perspective, the objective of this research is to investigate how such connections can give space to the amplification of the bilateral cooperation between these nations, especially with respect to the commerce of services. The intended discussion is divided into three parts: i) conceptualize trade in services; ii) to examine, theoretically, how Angola and Brazil have acted bilaterally with regard to international trade at the beginning of the twenty-first century; iii) identify the main trading partners of Angola and Brazil and, through information disclosed by official institutions, assess the recent evolution of international trade (services) between these countries. It is noted that there is a diffuse perception that there are significant high value-added business opportunities for these nations, but their exact delimitation escapes them. Therefore, bilateral relations Angola-Brazil require adjustments to their business partnerships can flourish and contribute more substantially, both for economic growth and for the Angolan and Brazilian social development.

Keywords: Angola; Brazil; Trade in Services; Business; High Value Added.

* Doutorandos em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Os autores agradecem à CAPES pelo apoio financeiro. e-mails: brazil.juliano@gmail.com; heitorocker@gmail.com

1. Introdução

Angola e Brasil são países em plena construção e que têm em comum o desafio de transformar imensas potencialidades em termos de recursos naturais e humanos em riqueza efetiva, propiciando níveis crescentes de prosperidade socioeconômica às gerações presentes e futuras. A relação entre esses dois países – que é histórica – tem-se aprofundado desde o reconhecimento brasileiro da independência de Angola (também ex-colônia portuguesa), em novembro de 1975. Uma das dimensões mais promissoras desse processo diz respeito ao estreitamento de seus elos econômicos e comerciais.

O Brasil vem firmando-se como um parceiro do governo angolano no que se refere ao aumento do volume de negócios, fruto da estabilidade política que o país africano alcançou após a guerra civil (1975-2002). Isso desencadeou novos olhares do Estado brasileiro em termos de oportunidades de negócios e cooperação estratégica, em um movimento feito também por outras nações mundo afora que, desde então, têm visto Angola como um promissor parceiro comercial.

Levando em conta as complementariedades de interesses e capacidades dessas nações, objetivasse nesta pesquisa investigar como tais conexões podem dar espaço à ampliação da cooperação bilateral Angola-Brasil, em especial no tocante ao comércio de serviços. Espera-se evidenciar as vantagens nas trocas entre os dois países, permitindo apontar, em linhas gerais, os desafios e perspectivas contemporâneas para que ambos aproveitem melhor as oportunidades de negócios de alto valor agregado.

A discussão pretendida está dividida em três partes, além desta introdução e das considerações finais: i) breve conceituação do comércio de serviços; ii) examinar como Angola e Brasil têm atuado tanto no que se refere ao comércio internacional em geral quanto às oportunidades de negócios em serviços em particular; iii) identificar os principais parceiros comerciais de Angola e Brasil e, via informações divulgadas por instituições oficiais, avaliar a evolução recente do comércio internacional (de serviços) entre as duas nações lusófonas.

Metodologicamente, neste estudo, utilizou-se um marco teórico descritivo e empírico, provenientes de estudos de relatórios e dados oficiais de ambos os países, bem como de instituições internacionais. As séries estatísticas utilizadas compreendem o período entre 2001 e 2016, sendo este o recorte temporal da pesquisa.

2. Comércio internacional de serviços: breve abordagem conceitual

Contemporaneamente, os países que se encontram na vanguarda econômica têm instituído novas formas de trocas comerciais, com destaque para a exportação de serviços. Essencialmente, o intuito desse movimento é manter positivo o saldo da balança de pagamentos em geral e da balança comercial (BC) em particular, de modo a garantir a estabilidade econômica do país. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio (*OECD/WTO*, 2013, não paginado), “os serviços compreendem cerca de dois terços do PIB nas economias mais desenvolvidas, ou seja, mais de 50% do valor total do PIB [produto interno bruto]”.

Mas, afinal, o que vem a ser o comércio internacional de serviços (de alto valor agregado)? Ele diz respeito ao conhecimento (especialização), inovação, *design*, pesquisa e desenvolvimento (P&D), marcas, patentes e congêneres. Segundo a *OCDE/WTO* (2012), o comércio de serviços não consiste de matérias-primas ou insumos primários, mas de produtos que já tenham recebido algum grau de valor agregado. Tratam-se dos serviços intermediários mais sofisticados ou de soluções correlacionadas com produtos industriais que agregam maior valor de mercado e vantagens competitivas (ver o *Trade in Services Agreement – TiSA*, em *EC*, 2017).

Outro importante documento que oferece uma definição sobre o tema provém do Manual Internacional de Estatística em Comércio de Serviços de 2010 (do inglês *Manual on Statistics of International Trade in Services 2010 – UN/MSITS*, 2012, p. 9), que adota o significado estatístico convencional do comércio internacional de serviços descrito no *Balance of Payments and International Investment Position Manual*, o BPM6 (*International Monetary Fund*, 2009), que define o comércio internacional de serviços como àquele que é estabelecido entre

residentes e não-residentes de uma economia. Isso corresponde ao conceito de comércio de serviços no “resto do mundo” do *System of National Accounts (SNA)* de 2008. Este conceito de comércio internacional de serviços está combinado com o conceito de comércio internacional de mercadorias para criar o de comércio internacional de bens e serviços no BPM6. No entanto, [...] nem sempre é possível separar claramente o valor do comércio de mercadorias a partir do valor do comércio de serviços.

Por sua vez, o *WTO* (2018, não paginado) é mais abrangente nessa questão ao utilizar o conceito ligado ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (do inglês *General Agreement on Trade in Services, GATS*). Em seu artigo I:2 consta que o comércio de serviços está relacionado à quatro frentes, a depender da presença territorial do fornecedor e do consumidor no momento da transação. São elas entendidas:

- a. a partir do território de um membro no território de qualquer outro membro (modo 1 – comércio transfronteiriço);
- b. no território de um membro a um consumidor de qualquer outro membro do serviço (modo 2 – consumo exterior);
- c. por um prestador de serviços de um membro através da presença comercial no território de qualquer outro membro (modo 3 – presença comercial); e
- d. por um prestador de serviços de um membro através da presença de pessoas singulares de um membro no território de qualquer outro membro (modo 4 – presença de pessoas singulares).

Em relação a isso, a *WTO* (2018) assume que a descrição acima é significativamente mais ampla do que o conceito de comércio de serviços do balanço de pagamentos. Enquanto o BP está centrado na residência e não na nacionalidade – um serviço está sendo exportado se for negociado entre residentes e não-residentes –, certas operações nos termos do *GATS*, em particular no caso do modo 3, tipicamente envolvem apenas os residentes do país em causa. Assim, podem existir vínculos entre todos os modos de prestação.

No quadro 1, retrata-se os quatro modos de comércio de serviços, na forma de prestação, sob o ponto de vista da importação.

Quadro 1: quatro modos de prestação de serviços – na perspectiva de uma importação do país A

Modo 1: transfronteiriço (<i>cross-border</i>)	
Um usuário no país A recebe serviços do exterior por meio de suas infraestruturas de telecomunicações ou postais. Tais fontes podem incluir consultoria ou relatórios de pesquisa de mercado, consultoria telemedicina, formação à distância, desenhos arquitetônicos, <i>etc.</i>	
Modo 2: consumo no estrangeiro	
Os nacionais de um país A foram a um país B como turistas e consomem os respectivos serviços.	
Modo 3: presença comercial	
O serviço é prestado ao país A por uma filial estabelecida localmente, subsidiária ou escritório de representação de propriedade estrangeira e/ou a uma empresa controlada (banco, grupo hoteleiro, empresa de construção, <i>etc.</i>).	
Modo 4: circulação de pessoas singulares	
Um cidadão de um país B fornece um serviço dentro do país A como fornecedor independente (por exemplo, como consultor, agente de saúde, <i>etc.</i>) ou empregado de um prestador de serviços (por exemplo, empresa de consultoria, hospital, empresa de construção civil, <i>etc.</i>).	(por (por

Fonte: adaptado de WTO (2018).

Dado o breve arcabouço conceitual apresentado e a assunção de que há tendência de aumento progressivo da relevância do comércio de serviços (de alto valor agregado) para as economias e as sociedades em geral, as seções seguintes visam ao aprofundamento dessas questões, aplicando-as aos casos específicos de Angola e Brasil.

3. Relações bilaterais Angola-Brasil: oportunidades de negócios

Para além dos vínculos históricos entre Angola e Brasil, que contemporaneamente favorecem o estreitamento das relações na esfera econômica (por conta de afinidades nos campos cultural, político, linguístico, *etc.*), essas duas nações lusófonas têm avançado nos últimos anos em matéria de comércio internacional. Na verdade, as características mercantis de Angola têm despertado – sobremaneira após o fim da guerra civil (2002) – a atenção brasileira e também de várias outras nações mundo afora quanto à escolha deste país como parceiro comercial estratégico na África, com destaque para o setor de serviços.

O território angolano é um dos mais extensos da África Subsaariana, com a dimensão de 1.246.700 km² (equivalente ao Estado do Pará); seu litoral compreende 1.600 km e defronta-se com o litoral nordestino brasileiro, oferecendo rota marítima direta entre os países. Administrativamente Angola está dividida em dezoito províncias, com diferentes

vocações econômicas. Exibe clima e solo bastante favorável à agricultura, sendo também rico em recursos naturais, proporcionando inúmeras oportunidades para investidores externos². Cientes disso, empresas internacionais têm-se estabelecido fisicamente em Angola com vultosos investimentos. Na esteira destes acontecimentos, empresas brasileiras do setor de serviços têm atentado para esse cenário.

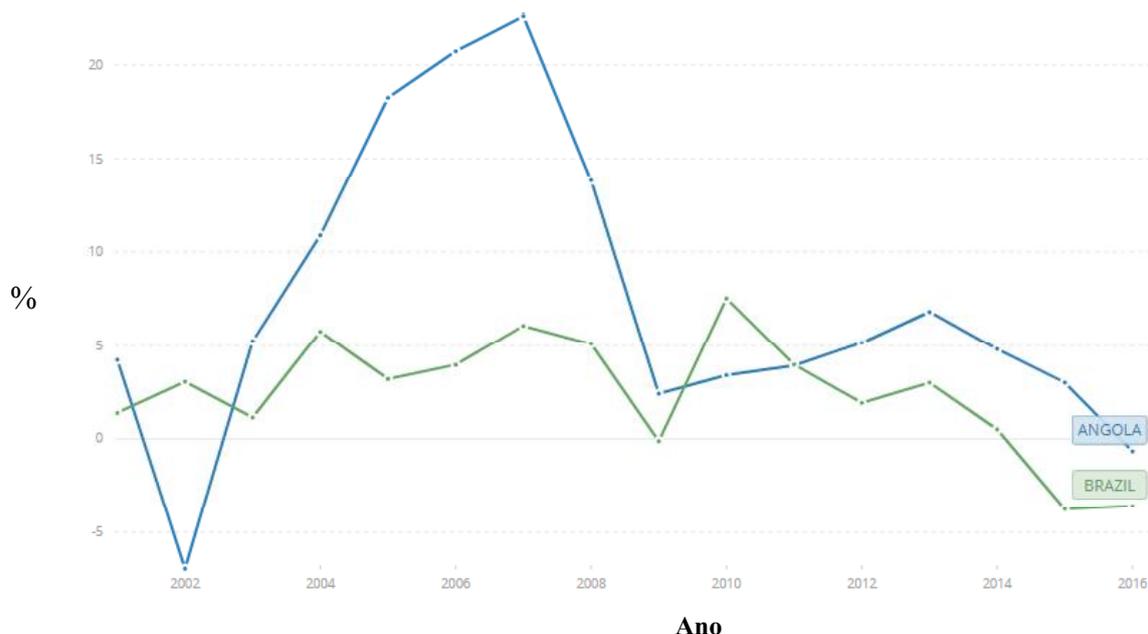
Dados do *World Bank Open Data* (WB, 2018) evidenciam que Angola e Brasil cresceram economicamente de maneira expressiva desde o início do século XXI, ainda que nos últimos três anos tenham sofrido com as consequências de crises. Em dólares estadunidenses (US\$) constantes de 2010, o PIB de Angola foi da ordem de US\$ 95.335 bilhões em 2015, enquanto o PIB brasileiro foi de US\$ 1.796 trilhão no mesmo ano, o que denota uma desproporção entre as economias destas nações, justificada pelos distintos tamanhos populacionais, territoriais, dinâmicas e lógicas socioeconômicas, *etc.*

Todavia, como Angola também é um país em plena construção, persistem os interesses bilaterais nas trocas comerciais. Isso se verifica mesmo em um contexto de constrangimentos das economias mundiais, face à crise econômico-financeira eclodida em 2008. Porém, os dados dos últimos quatro anos – resultantes da queda do preço internacional do petróleo, produto chave da pauta de exportações angolana³ – revolveram em quedas acentuadas de seu PIB.

Nesse sentido, o Brasil reconhecidamente tem maior diversidade produtiva e maior mercado interno, ainda que também se beneficie das exportações de *commodities* (que sofreram, em seu conjunto, quedas de preços nos mercados internacionais nos últimos anos). Isso permite à nação da América do Sul – ainda que parcialmente – ter mais alternativas econômicas frente ao cenário externo. No gráfico 1, mostra-se o crescimento percentual do PIB de Angola e Brasil entre 2001 e 2016, retratando o desempenho positivo desses países, particularmente entre 2003 e 2013.

² Para uma descrição pormenorizada de Angola nesses quesitos, ver sítios institucionais oficiais do país, como, por exemplo: <http://apiexangola.co.ao/>, www.minagri.gov.ao/, www.minamb.gov.ao/, www.mpdt.gov.ao/ e www.governo.gov.ao/.

³ De abril de 2013 para cá, o preço do barril de petróleo (óleo cru) do tipo *Brent* oscilou bastante. Em junho de 2014 atingiu o pico para o período, de US\$ 111,87; em janeiro de 2016 chegou ao vale para o período, de US\$ 30,8; em abril de 2018 estava em US\$ 71,63 (*Index Mundi*, 2018).

Gráfico 1 – Crescimento do PIB – Angola e Brasil (2001-2016) – US\$ constantes de 2010

Fonte: elaborado pelos autores a partir do *World Bank Open Data* (WB, 2018).

Foi justamente esse crescimento expressivo e retroalimentado de Angola – influenciado pela combinação positiva do petróleo com o fim da guerra civil – que tem chamado a atenção do Brasil. Entretanto, vale ressaltar que, em virtude do forte declínio do preço dessa *commodity* nos últimos anos e da retração da demanda por outros produtos exportados por Angola (mormente ligados à indústria do petróleo), houve diminuição do ritmo de crescimento após 2013, coincidindo, inclusive, com o início da recessão brasileira (*vide* gráfico 1). Em 2018, vislumbra-se a retomada moderada do crescimento econômico, favorecida pelas recentes elevações do preço deste recurso natural.

Para alargar o leque de possibilidades de investimentos diretos estrangeiros em Angola – o que tem sido o motor da expansão econômica do país – foi promulgada em sete de agosto de 2015 a Lei do Investimento Privado (LIP) que, em realidade, também contempla os investimentos intergovernamentais. Ela estabelece as bases gerais do investimento no território angolano e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos concedidos pelo Estado a esta modalidade de investimento. Na LIP constam zonas de desenvolvimento específicas, além de benefícios e incentivos fiscais bem definidos juridicamente, voltados ao investidor estrangeiro (ver UTIP, 2018).

A LIP foi aperfeiçoada pelo governo angolano em 2018, a fim de “aumentar a captação de Investimento Directo (*sic*) Estrangeiro e reduzir a burocracia”. Essa medida se “assenta ‘no estabelecimento de bases gerais que visam uma maior celeridade, desburocratização e simplificação do processo de investimento’, comportando nove capítulos e quarenta e cinco artigos que se aplicam a investimentos privados ‘de qualquer montante’” (Minfin, 2018).

O Brasil, por sua vez, tem tido como agente relevante para fins de estreitamento das relações de comércio internacional com Angola o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os acordos de exportações entre empresas brasileiras e Angola apoiados por esta instituição têm se intensificado desde o início do século XXI, embora ainda de maneira bastante concentrada nos bens e serviços de engenharia. Em realidade, Angola é o país que recebeu o maior volume de financiamentos do BNDES ao exterior no período de 2002 a 2016, somando um total de US\$ 3.990.934 bilhões, sendo a detentora da maior quantidade de contratos com o banco⁴.

Para além disso, é importante ressaltar que as relações diplomáticas Angola-Brasil são pautadas pela “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em junho de 2010. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica (MRE, 2018a). Não obstante, em 2015 foi assinado, em Luanda, o “Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)” (ANGOLA, 1º de abril de 2015), que

representa um novo modelo de acordo, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização. Por meio do ACFI, haverá maior divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios e mecanismo adequado de prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias. O novo modelo propicia um quadro sólido para os investimentos de parte a parte (MRE, 2018b).

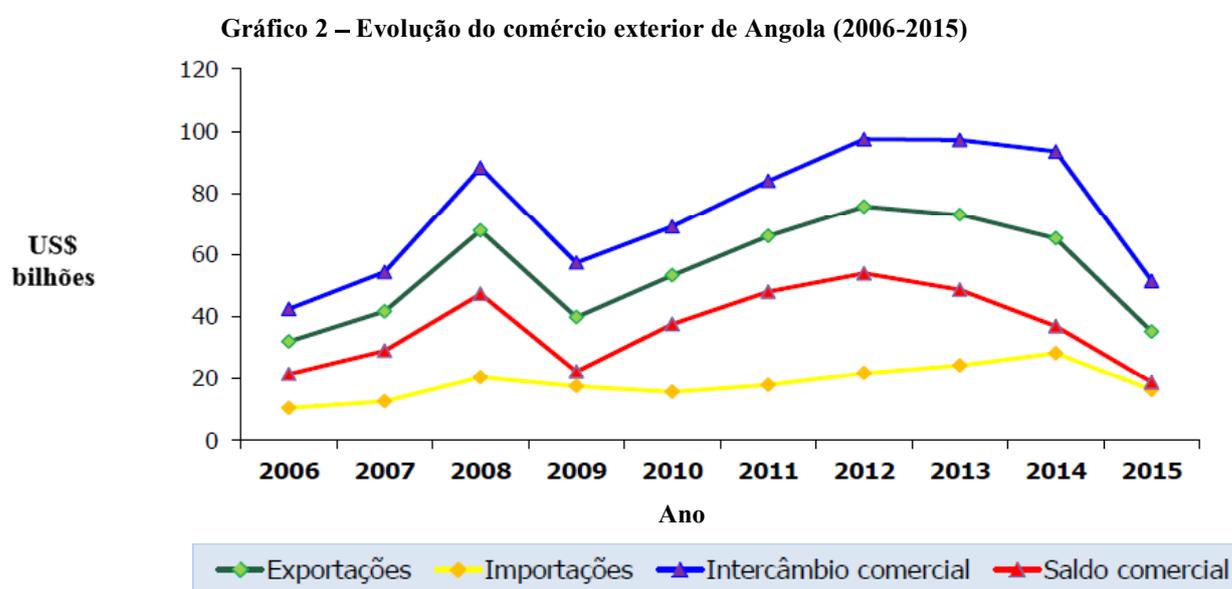
Constata-se que existem canais efetivos para alavancar o comércio internacional entre Angola e Brasil, inclusive no que diz respeito ao comércio de serviços de alto valor

⁴ Inclusive questionada por agentes diversos quanto à lisura desses contratos nos últimos tempos, o que tem sido rebatido pela instituição. Para uma apresentação e discussão pormenorizada sobre o papel do BNDES no financiamento das exportações brasileiras, em especial para a Angola, ver Hansen (2017) e BNDES (2017, 2018a e 2018b).

agregado. No entanto, conforme explanado nas páginas que seguem, também restará claro que estes canais precisam ser aperfeiçoados, estimulados e mais bem utilizados, no sentido de aproveitar os incentivos existentes para diversificar a pauta de produtos transacionados e aumentar o volume de negócios entre esses dois países lusófonos.

4. Evolução do comércio exterior Angola-Brasil: avanços e desafios⁵

Angola é exportadora líquida de bens e serviços para o mundo, isso evidencia-se pela evolução de seu comércio exterior entre 2006 e 2015 (gráfico 2). Isso se deve especialmente ao petróleo, pelas razões descritas na seção anterior. Por conta disso, verifica-se grande oscilação das exportações, sujeitas às flutuações do preço internacional desta *commodity*. Como para importar são necessários recursos econômico-financeiros basicamente advindos das exportações petrolíferas, o montante de importações tende a acompanhar os ciclos das exportações. Contudo, destaca-se a variação percentual entre 2006 e 2015 das importações (55,5%) em relação às exportações (9,9%). Tanto o intercâmbio comercial quanto o saldo comercial angolano mostraram-se positivos em todo o período em termos de valores.



Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

⁵ Em boa medida, esta seção se baseia no estudo intitulado “Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil x Angola” (MRE/DPR/DIC, 2016). Dele extraíram-se dados oficiais e considerações relevantes para os propósitos do presente artigo.

Nessa perspectiva, percebe-se que Angola e Brasil não se mostram os parceiros comerciais-estratégicos mais relevantes do ponto de vista econômico. Este fato pode ser percebido pela tabela 1, que mostra o *ranking* dos principais parceiros de cada país no comércio internacional, tanto no que diz respeito à exportação quanto à importação.

Tabela 1 – Principais parceiros comerciais de Angola e Brasil (2015) – Exportação e importação

Angola				Brasil			
Exportação		Importação		Exportação		Importação	
País	%	País	%	País	%	País	%
China	42	Coreia do Sul	17	China	18	China	18
Índia	8,2	China	16	EUA	13	EUA	15
EUA	7	Portugal	14	Argentina	6,6	Alemanha	6,2
Espanha	6,6	EUA	7,1	Holanda	4,1	Argentina	6
França	4,7	África do Sul	5,1	Alemanha	3,2	Coreia do Sul	3,2
Outros	31,5	Outros	40,8	Outros	66,1	Outros	51,6
Total	100	Total	100	Total	100	Total	100

Fonte: elaborado pelos autores a partir do *The Observatory of Economic Complexity (OEC, 2018)*.

Nota-se em comum a importância da China para essas economias, sobretudo para a exportação de Angola. Destaque também para o peso comercial dos Estados Unidos, em especial para a economia brasileira. No que tange à relação comercial, 3,8% da importação de Angola provém do Brasil (oitavo lugar no *ranking*) e ela exporta 0,086% de sua produção para o país sul-americano. Já o Brasil exporta 0,33% de sua produção para Angola e importa tão somente 0,017% daquele país (ver tabela 2) (MRE/DPR/DIC, 2016).

No que concerne ao comércio bilateral entre o Brasil e Angola, pela tabela 2 percebe-se que se perdeu o dinamismo nos últimos anos. Como consequência, a balança comercial passou de US\$ 1,297 bilhão em 2006 para US\$ 680 milhões em 2015. Em termos relativos, a BC decresceu 47,6% nos últimos dez anos. Importante frisar que a *performance* comercial retraiu-se bastante em 2015, dado que encolheu 71,3% sobre o valor do ano anterior. Logo, em 2014, o intercâmbio comercial havia totalizado US\$ 2,372 bilhões.

Esse arrefecimento comercial ocorreu tanto pela expressiva queda nas exportações brasileiras para o mercado angolano quanto pela forte diminuição das importações dali oriundas. Entre janeiro e outubro de 2016, o comércio bilateral entre esses países continuou apontando evolução adversa. Destarte, a BC ficou em US\$ 496 milhões, significando retração de 13% sobre a cifra registrada no mesmo período de 2015.

Tabela 2 – Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Angola (US\$ milhões)

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,10%	1%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,10%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616
2016 (jan-out)	424	-23,3%	0,28%	72	315,1%	0,06%	496	-13%	0,19%	352
Var % 2006-2015	-22,7%	-93,10%	-47,6%	n.c.

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016). Nota: a sigla “n.c.” indica dado não calculado e as reticências “...” indicam que os dados não se aplicam.

De dez anos para cá, as exportações do Brasil para o mercado angolano decresceram 22,7%. Assim, as exportações para Angola passaram de US\$ 838 milhões em 2006 para US\$ 648 milhões em 2015. Salienta-se que sobre o valor de 2014 as exportações brasileiras para Angola padeceram de expressiva retração de 48,6% em 2015 (tabela 2). Tal situação deveu-se, sobremaneira, à forte diminuição nas exportações brasileiras de açúcar e carnes para Angola (ver tabela 4).

De janeiro a outubro de 2016, as exportações do Brasil para Angola seguiram indicando desempenho adverso. Assim, as exportações limitaram-se as cifras de US\$ 424 milhões, expressando um recuo de 23,3% na comparação com o valor do mesmo período de 2015.

Já na tabela 3, mostra-se um comparativo de 2015 com 2014 no que se refere às exportações e importações brasileiras para Angola, por fator agregado. As importações brasileiras de Angola mostram-se não diversificadas, sendo que em 2015 os produtos manufaturados representaram 100% do total, devido às aquisições brasileiras de matérias-primas para a indústria petroquímica⁶. Inversamente, em 2014, vê-se que a pauta foi composta

⁶ Em 2015, “a base exportadora foi composta por 754 empresas brasileiras que efetivaram vendas externas para o mercado angolano [...], em 2014, a base exportadora comportou 1.013 empresas que efetivaram vendas para Angola” (MDIC, 2018).

majoritariamente de produtos básicos (93,6%), pois as importações do Brasil se concentraram em petróleo. Dada a composição da pauta adquirida, a base importadora é altamente concentrada (MDIC, 2018).

**Tabela 3 – Exportações e importações brasileiras, por fator agregado
Comparativo de 2015 com 2014 (%)**

Fator Agregado	Exportações brasileiras		Importações brasileiras	
	2014	2015	2014	2015
Básicos	30,7	30,6	93,6	0
Semimanufaturados	0,3	0,8	0	0
Manufaturados	68,8	68,4	6,4	100

Fonte: MDIC (2018).

Na tabela 4, por sua vez, retrata-se a composição das exportações brasileiras para Angola entre 2013 e 2015. Em termos de composição da oferta, os cinco principais grupos de produtos exportados do Brasil para o mercado angolano em 2015 foram: i) carnes (frescas, refrigeradas ou congeladas), no valor de US\$ 170 milhões, equivalentes a uma participação de 26,3% sobre o total; ii) açúcar, no valor de US\$ 83 milhões, representando 12,9% do total; iii) obras e manufaturas (de ferro ou aço), no valor de US\$ 42 milhões, compondo 6,4% sobre o total; iv) máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, no valor de US\$ 37 milhões, compondo 5,7% do total; v) amidos e féculas (comestíveis), no valor de 36 milhões, compondo 5,6% do total.

A agregação destes cinco itens perfaz um total de 56,9% das exportações do Brasil para o mercado angolano, representando US\$ 368 milhões em 2015. Nota-se tanto a pouca diversificação da pauta exportada quanto o baixo valor agregado exportado, em comparação com outros parceiros comerciais do Brasil. Mais do que isso, não transparece ser o comércio de serviços componente relevante na relação econômica entre essas nações.

Tabela 4 – Composição das exportações brasileiras para Angola (US\$ milhões)

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Carnes	316	24,9	343	27,2	170	26,3
Açúcar	186	14,6	185	14,6	83	12,9
Obras e manufaturas	33	2,6	54	4,3	42	6,4
Máquinas mecânicas	90	7,1	56	4,5	37	5,7
Amidos e fécula	38	3,0	49	3,9	36	5,6
Preparações de carne	55	4,4	75	5,9	33	5,1
Calçados	52	4,1	55	4,4	32,8	5,1
Ferro e aço	24	1,9	17	1,4	26	4,0
Automóveis	77	6,1	112	8,9	24	3,8
Preparações de cereais	33	2,6	40	3,2	24	2,2
Subtotal	904	71,1	986	78,2	499	77,0
Outros produtos	367	28,9	275	21,8	149	23,0
TOTAL	1.271	100,0	1.262	100,0	648	100,0

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Já no caso da composição das exportações de Angola para o Brasil (tabela 5), é flagrante a praticamente inexistência de outro produto que não os combustíveis – à exceção dos instrumentos de precisão, que aparecem marginalmente em 2015 (0,2%). Os valores são, comparativamente às exportações brasileiras para Angola, igualmente pouco expressivos, além do que caiu vertiginosamente de US\$ 1.110 milhões em 2014 para US\$ tão somente US\$ 32 milhões em 2015⁷.

⁷ É preciso ponderar que na composição total de exportações angolanas para o mundo, 96,8% delas se constituem em combustíveis (MRE/DPR/DIC, 2016). Nesse sentido, portanto, a questão tem como pano de fundo a estrutura econômica de Angola. Já as quedas abruptas dos valores absolutos exportados para o Brasil guardam relação, sobremaneira, com o ambiente político e institucional interno turbulento pós-2014.

Tabela 5 – Composição das exportações brasileiras oriundas de Angola (US\$ milhões)

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Combustíveis	727	100	1.110	100	32	99,6
Instrumentos de precisão	0	0	0	0	0,1	0,2
Subtotal	727	100	1.110	100	32	99,8
Outros Produtos	0	0	0	0	0	0,2
TOTAL	727	100	1.110	100,0	32	100,0

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Na tabela 6, mostra-se – com base no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (NCM/SH-6) – o cruzamento estatístico entre as pautas de exportação/importação entre os países para o ano de 2015, no que se refere à identificação de potenciais nichos de mercado. Verifica-se que se apresentam oportunidades de negócios de exportação de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Importante salientar que todo este potencial indicativo de comércio está relacionado, direta ou indiretamente, às atividades de comércios de serviços de alto valor agregado.

Tabela 6 – Cruzamento estatístico entre a oferta do Brasil e a demanda de Angola, 2015 (US\$ mil)

SH-6	Descrição dos produtos	Exportações Brasileiras para Angola	Importações totais de Angola	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part. % do Brasil
	Total geral	647.987	16.322.210	191.126.886	15.674.223	4
890520	Plataformas de perfuração ou de exploração de petróleo e gás	0	1.457.865	394.656	394.656	0
848180	Torneiras e outros dispositivos semelhantes para canalizações	392	172.455	627.492	172.063	0,2
100630	Arroz semibranqueado ou branqueado	4602	174.431	212.424	169.829	2,6
730429	Tubos de ferro ou aço para revestimento de poços, utilizados na extração de petróleo e gás	1934	132.668	558.790	130.734	1,5
732690	Outras obras de ferro/aço	301	121.035	193.807	120.734	0,2
20714	Carnes de frango congelada	21893	137.216	3.958.789	115.323	16
300490	Medicamentos terapêuticos ou profiláticos em doses	687	101.451	538.529	100.764	0,7
847989	Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	294	97.378	120.876	97.084	0,3
903289	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle automáticos	263	91.368	140.036	91.105	0,3
382490	Preparações das indústrias químicas e conexas	42	85.785	106.777	85.743	0

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Sobre essa situação, o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2015) destaca que “os serviços são quase inexistentes em termos quantitativos, quando o assunto é referenciado a contas nacionais com os parceiros comerciais”. Nesse quesito o Brasil pode se inserir em espaços específicos em relação a seus competidores diretos (principais parceiros comerciais de Angola). Seria interessante para Angola, por sua vez, estreitar o intercâmbio comercial com o Brasil com a incorporação de *know-how* à área da indústria petroquímica, mas também em serviços diversos, que compreendem desde a administração pública, passando por transportes, atividades financeiras e imobiliárias, serviços a empresas ou pessoais, saúde, educação e promoção social, dentre outros, constituído por atividades complementares aos demais setores.

À luz de todos os aspectos abordados ao longo desta pesquisa, vale pontuar que, apesar das trocas comerciais na área de serviços estarem aquém do desejado, maior reflexão e ação nesse sentido é oportuna aos dois países. Considera-se que, apesar dos avanços socioeconômicos logrados desde a década de 1970, ainda há muito para aprofundar na

parceria comercial entre Angola e Brasil (em todos os campos do conhecimento, frise-se). O maior desafio que se apresenta hoje para esse aprofundamento parece ser a vontade política e empresarial brasileira de atuar proativamente para valer-se dos canais de comércio internacional existentes com o mercado angolano, atitude que outros países e empresas têm demonstrado em relação ao país africano.

Destarte, constata-se que há uma percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios de alto valor agregado para ambas as nações, mas lhes escapam sua exata delimitação. Nesse sentido, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, mais substancialmente, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

5. Considerações finais

Nesta pesquisa objetivou-se investigar como as conexões históricas e contemporâneas entre Angola e Brasil podem dar espaço à cooperação bilateral entre essas nações, em especial no tocante ao comércio de serviços (de alto valor agregado). Angola e Brasil são sociedades em plena construção e com importantes obstáculos para transformar seus recursos humanos e naturais em desenvolvimento socioeconômico efetivo.

Suas economias apresentam inúmeras interfaces nas quais a complementaridade de interesses e capacidades é evidente. À medida que as economias do Brasil e de Angola crescem e se diversificam, torna-se mais relevante a participação do setor de serviços, tendência nas relações comerciais interpaíses.

Não obstante, dificuldades existem e devem ser superadas num esforço conjunto dos dois países, com o envolvimento tanto dos governos quanto do empresariado. Portanto, há a necessidade de se verificar em detalhe as oportunidades de negócios de alto valor agregado no setor de serviços. Nessa perspectiva, foram vislumbrados alguns nichos de mercado importantes que podem ser explorados pelo mercado angolano e brasileiro.

De fato, as comunidades empresariais do Brasil e de Angola atuantes no setor terciário têm a percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios com o país vizinho, mas escapam-lhes sua acurada delimitação. Canais efetivos para alavancar o

comércio internacional entre Angola e Brasil de fato existem, inclusive no que diz respeito ao comércio de serviços de alto valor agregado. No entanto, conforme explanado nas páginas anteriores, também resta claro que estes canais precisam ser aperfeiçoados, estimulados e mais bem utilizados, no sentido de aproveitar os incentivos existentes para diversificar a pauta de produtos transacionados e aumentar o volume de negócios entre esses dois países lusófonos.

O maior desafio que se apresenta hoje para esse aprofundamento parece ser a vontade política e empresarial brasileira de atuar proativamente para valer-se dos canais de comércio internacional existentes com o mercado angolano, atitude que outros países e empresas têm demonstrado. Nessa perspectiva, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, mais substancialmente, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

Referências

- ANGOLA (2015). Lei nº 14/15, promulgada em 7 de agosto de 2015. Lei do Investimento Privado. **Lex:** Assembleia Nacional, de 11 de agosto de 2015. Estabelece as bases gerais do investimento privado e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos e outras facilidades a conceder pelo Estado [angolano] a este tipo de investimento. Luanda: LIP. Disponível em: <<http://www.embajadadeangola.com/pdf/LEI%20DO%20INVESTIMENTO%20PRIVADO.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.
- ANGOLA. UNIDADE TÉCNICA PARA O INVESTIMENTO PRIVADO (UTIP) (2018). **Benefícios e Incentivos Fiscais.** Luanda: UTIP. Disponível em: <<http://utip.gov.ao/portfolio/informacao-investidor-2/>>. Acesso em: jan. 2018.
- ANGOLA. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MinFin) (2018). Luanda: MinFin. Disponível em: <<http://www.minfin.gov.ao>>. Acesso em: 2018.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) (2017). **Livro Verde:** nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) (2018a). **Como funciona o apoio à exportação.** Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/exportacao/como-funciona-apoio-exportacao/>>. Acesso em: jan. 2018.

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) (2018b). **Transparência**. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC) (2018). **Exportações e importações brasileiras, por fator agregado: Comparativo 2015 com 2014 (%)**. Brasília: MDIC. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL (2016) MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS (DPR). DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL (DIC). **Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil x Angola**. Brasília: MRE/DPR/DIC. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/SUMAngolaNOV2016.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL (2018a). MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola**. Brasília: MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em: jan. 2018.
- BRASIL (2018b). MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Luanda: ANGOLA, 1º de abril de 2015. Brasília: MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8520-acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015>>. Acesso em: jan. 2018.
- EUROPEAN COMMISSION (EC) (2017). **Trade in Services Agreement (TiSA)**. Brussels: EC. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/>>. Acesso em: jan. 2018.
- HANSEN, G. B. (2017). **Garantias no financiamento de projetos de exportação de infraestrutura pelo BNDES: uma análise das concessões no período de 1998 a 2016**. 70 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Escola de Gestão e Negócios.
- INDEX MUNDI (2018). **Petróleo bruto Brent Preço Diário**. *Index Mundi*. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto-brent&meses=60>>. Acesso em: maio de 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE) (2015). **Anuário de Estatística de Comércio Externo – 2014**. INE: Luanda. Disponível em: <www.ine.gov.ao>. Acesso em: jan. 2018.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) (2009). **Balance of Payments and International Investment Position Manual. Sixth Edition (BPM6)**. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD);
WORLD TRADE ORGANISATION (WTO) (2012). *Trade in Value-Added: Concepts, Methodologies and Challenges (Joint OECD-WTO Note)*. Paris:OECD/WTO, March. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/miwi_e/oeecd_wto_mar2012_e.doc>. Acesso: jan. 2018.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD);
WORLD TRADE ORGANISATION (WTO). *OECD-WTO Database on Trade in Value added. First Estimates: 16 January 2013*. Paris OECD/WTO, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ind/TIVA_stats%20flyer_ENG.pdf>. Acesso: mai, 2015.
- THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC) (2018). *Cambridge (USA): MIT Media Lab, OEC*. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>>. Acesso em: jan. 2018.
- UNITED NATIONS (UN) (2012). *Manual on Statistics of International Trade in Services 2010 (MSITS 2010)*. Department of Economic and Social Affairs (Statistics Division). Geneva, Luxembourg, Madrid, New York, Paris and Washington D.C.: UN/MSITS. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_86rev1e.pdf>. Acesso em: jan. 2018.
- WORLD BANK (WB) (2018). *World Bank Open Data*. Washington (D.C.): WB. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: jan. 2018.
- WORLD TRADE ORGANISATION (WTO) (2018). *GATS TRAINING MODULE: CHAPTER 1: Basic Purpose and Concepts*. Geneve: WTO. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/cbt_course_e/c1s3p1_e.htm#boxa>. Acesso: jan. 2018.

